

Declaração de Confidencialidade

Os artigos 15.º e 16.º do Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, aplicam-se ao tratamento de dados pessoais pelo Parlamento Europeu.

1) Quem procede ao tratamento dos seus dados pessoais?

- O Parlamento Europeu age na qualidade de responsável pelo tratamento de dados¹ e a entidade responsável por este tratamento é o Parlamento Europeu > Secretariado-Geral do Parlamento > Direção-Geral das Políticas Internas da União > Direção dos Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Constitucionais, representada por SPEISER Michael.
- Pode contactar o responsável pelo tratamento de dados /a entidade responsável por este tratamento através do endereço de correio eletrónico oficial do Secretariado responsável pela organização da reunião específica:
budg-secretariat@ep.europa.eu; cont-secretariat@ep.europa.eu;
econ-secretariat@ep.europa.eu; fisc-secretariat@ep.europa.eu;
empl-secretariat@ep.europa.eu; envi-secretariat@ep.europa.eu;
itre-secretariat@ep.europa.eu; imco-secretariat@ep.europa.eu;
tran-secretariat@ep.europa.eu; regi-secretariat@ep.europa.eu;
agri-secretariat@ep.europa.eu; pech-secretariat@ep.europa.eu;
cult-secretariat@ep.europa.eu; juri-secretariat@ep.europa.eu;
libe-secretariat@ep.europa.eu; afco-secretariat@ep.europa.eu;
femm-secretariat@ep.europa.eu; peti-secretariat@ep.europa.eu;
beca-secretariat@ep.europa.eu; aida-secretariat@ep.europa.eu;
anit-secretariat@ep.europa.eu.

2) Qual é a finalidade do tratamento dos seus dados pessoais?

- Os seus dados pessoais serão tratados com o objetivo final de organizar e acompanhar as reuniões das Comissões/Subcomissões. Neste contexto, as figuras públicas, os funcionários e os peritos são convidados a participar e existem diferentes subconjuntos de dados tratados:
 - Recolha e arquivo de dados pessoais e profissionais (nome, título, organização, CV, etc.) para efeitos de transparência e informação (que figuram em projetos de ordem do dia, anúncios em sítios Web, comunicados por correio eletrónico aos deputados ao Parlamento Europeu, boletins informativos, etc.);

¹ O responsável pelo tratamento é a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras entidades, determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais. O responsável pelo tratamento é representado pelo chefe da entidade.

- Recolha e arquivo da identificação e dos dados de contacto dos convidados e transmissão ao serviço de acreditação, a fim de garantir o acesso às instalações do PE;
- Recolha e arquivo de componentes audiovisuais, imagem e voz, para fins logísticos, de comunicação ou de transparência (transmissão via Internet, fotografias, sistema de reuniões Interactio, etc.). Os dados são tratados pela DG COMM (transmissão via Internet, fotografias), DG LINC (Interactio), sob a coordenação do secretariado responsável;
- Recolha de dados financeiros (dados das contas bancárias, etc.) para o reembolso das despesas dos convidados das audiências que são elegíveis. Os dados são então tratados pela DG FINS. Recolha e arquivo da gravação áudio da comissão/subcomissão e das reuniões dos coordenadores para além da habitual transmissão via Internet, a fim de evitar potenciais perdas de informação.

3) Qual é a base jurídica do tratamento de dados?

A base jurídica do tratamento de dados é o Regimento do Parlamento Europeu, a regulamentação relativa aos «Cartões e autorizações de acesso às instalações do Parlamento», a regulamentação relativa às audições públicas, a Decisão da Mesa, de 18 de junho de 2003, alterada em 16 de janeiro de 2017, e a Recomendação n.º 1/2016 sobre a publicação de dados pessoais nos sítios Web do Parlamento. Regulamento (UE) 2018/1725, nomeadamente o artigo 5.º, n.º 1, alíneas a) e d), sobre o consentimento solicitado no que respeita à transmissão dos CV dos peritos. Além disso, o artigo 10.º, nomeadamente o n.º 2, alínea g), constitui também a base jurídica para categorias especiais de dados.

4) Que dados pessoais são tratados?

Tratamos os seus dados relativos a carreira, características físicas, número de telefone ou dados de comunicação, filiação sindical, opiniões políticas, convicções religiosas/filosóficas, características físicas de uma pessoa enquanto imagem e voz (fotografias, gravações de reuniões), inscrição no Registo de Transparência da UE, inclusão no Regulamento de Execução (UE) 2021/138 do Conselho, de 5 de fevereiro de 2021, que dá execução ao artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2020/1128.

5) Como serão tratados os seus dados pessoais?

O processo é automatizado, na medida em que é realizado num computador e por correio eletrónico. O tratamento de dados diz respeito ao pedido e à receção de

determinados dados pessoais do convidado, utilizando estas informações para solicitar o acesso (físico) do convidado e publicando o CV do convidado no dossiê da reunião e na página Web da comissão pertinente.

6) Durante quanto tempo serão guardados os seus dados pessoais?

Os seus dados pessoais serão conservados conforme especificado no quadro de gestão dos arquivos em anexo (data de entrada em vigor: 2 de outubro de 2008). Em princípio, os dados não são conservados mais tempo do que o necessário para as finalidades para que foram recolhidos ou para que foram tratados posteriormente.

Por razões administrativas, o prazo para o armazenamento de dados pessoais que pode ser considerado obrigatório para a realização do objetivo da reunião da comissão (nome, cargo, função profissional, imagens, gravações de voz, vídeos ou fotografias do convidado) é até ao final da próxima legislatura em que teve lugar a audição pública. No contexto das audições públicas, alguns dados pessoais que não sejam considerados obrigatórios para a realização do objetivo da reunião da comissão (ou seja, o CV, os contributos e todos os outros dados que não sejam estritamente necessários para a reunião da comissão) serão conservados até à conclusão da audição pública e de todos os trabalhos de acompanhamento. O trabalho de acompanhamento é concluído assim que a comissão aprovar a ata da audição pública e a ata for publicada no sítio Web da comissão.

7) Quem são os destinatários dos seus dados pessoais?

Para além do secretariado competente, os destinatários dos seus dados pessoais são os seguintes:

DG IPOL: Unidade de Sensibilização e Comunicação, Unidade de Finanças

DG SAFE: Unidade de Acreditação

DG COMM: Assessor de imprensa e serviço de transmissão via Internet

DG LINC: Intérpretes e operadores de Interactio

DG FINS: Reembolso de peritos (através da Unidade Financeira da DG IPOL)

Além disso, antes de uma audição pública, será enviado, por correio eletrónico, um anúncio com o tema, o projeto de ordem do dia e os documentos de referência carregados num dossiê eletrónico para a lista de contactos dos secretariados das comissões (esta lista inclui os deputados e os assistentes dos membros da referida comissão, o pessoal dos grupos políticos que trabalham na comissão e o secretariado da comissão). O programa inclui o nome, o cargo, a função profissional e, eventualmente, imagens/fotografias do orador convidado.

8) Os seus dados pessoais serão partilhados com um país terceiro ou uma organização internacional?

Não, os seus dados pessoais não serão partilhados com um país terceiro ou uma organização internacional.

9) São utilizados processos automatizados² e/ou a definição de perfis³ para tomar decisões que o possam afetar?

Não.

10) Se os dados pessoais não tiverem sido fornecidos por si, qual é a fonte desses dados?

Excepcionalmente, há casos em que os secretariados das delegações recebem dados da organização para a qual o perito trabalha.

11) Que direitos tem?

Tem os seguintes direitos:

Direito de aceder aos seus dados pessoais;

- Direito de corrigir os seus dados pessoais;
- Direito de apagar os seus dados pessoais;
- Direito de restringir o tratamento dos dados;
- Direito de portabilidade dos dados;
- Direito de se opor ao tratamento dos dados;
- Direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem afetar a licitude do tratamento de dados baseado no consentimento antes da sua retirada;
- Direito de contactar o responsável pela proteção de dados do Parlamento Europeu em dataprotection@europarl.europa.eu;
- Direito de apresentar uma reclamação à [Autoridade Europeia para a Proteção de Dados](https://edps.europa.eu) através do endereço eletrónico edps@edps.europa.eu.

² Tomada de decisões exclusivamente através de meios automatizados e sem qualquer intervenção humana. {Exemplos teóricos: página da Internet em que selecionar determinadas opções o colocará automaticamente em diferentes listas de distribuição através das quais lhe é enviado o respetivo boletim informativo mensal/utilização de um sistema automatizado para corrigir um teste de «escolha múltipla» e atribuir uma classificação em função do número de respostas corretas}.

³ A definição de perfis analisa aspetos da personalidade, do comportamento, dos interesses e dos hábitos de uma pessoa para fazer previsões ou tomar decisões a seu respeito. É utilizada para analisar ou prever aspetos relativos ao titular dos dados, como o desempenho profissional, a situação económica, a saúde, as preferências ou os interesses pessoais, a fiabilidade ou o comportamento, a localização ou as deslocações, etc. {Exemplo teórico: quando se utilizam ferramentas das redes sociais, são recolhidos dados e as suas tendências registadas. Estes dados são então utilizados para criar previsões novas/diferentes sobre si.}